

**Programa de Pós-Graduação em Geografia da
Universidade Federal de Santa Catarina***

Nesta edição são apresentados, a seguir, os resumos das **teses e dissertações** do Programa de Pós-Graduação em Geografia – áreas de concentração: Utilização e Conservação de Recursos Naturais e Desenvolvimento Regional e Urbano.

TESES

**Turismo rural na agricultura familiar: uma abordagem
geográfica do circuito italiano de turismo rural (CITUR),
município de Colombo-PR**

Luciano Zanetti Pessoa Candiotto

Tese aprovada após defesa pública em 23 de novembro de 2007.

Banca Examinadora: Dra. Walquíria Krüger Corrêa (Orientadora-UFSC); Dr. Ewerton Vieira Machado (UFSC); Dra. Maria Ignez Silveira Paulilo (UFSC); Dr. Glaucio José Marafon (UERJ); Dra. Vera Lucia Salazar Pessoa (UFUberlândia).

Resumo

No contexto da globalização, o turismo é uma atividade econômica de suma importância, que ao comercializar paisagens e lugares, se manifesta também como um fenômeno que produz diversas implicações sócio-espaciais (culturais, ambientais, políticas, etc.). Considerando o debate acadêmico em torno de novas

* Produção Acadêmica Discente (dados fornecidos pela Coordenação do Programa de Pós-Graduação em Geografia da UFSC).

modalidades de turismo e da idéia de um turismo sustentável, procuramos nesse trabalho, discorrer sobre o turismo rural, e especificamente, sobre o turismo rural na agricultura familiar (TRAF). Partindo de uma abordagem geográfica e do debate contemporâneo em torno do turismo rural na agricultura familiar, analisamos o processo de implantação e de desenvolvimento do Circuito Italiano de Turismo Rural (CITUR) no município de Colombo, localizado na Região Metropolitana de Curitiba-PR, identificando seus empreendedores, e dando ênfase nas implicações do turismo nos agricultores familiares que se inseriram diretamente no CITUR. Com base na apreensão da experiência empírica do Circuito Italiano de Turismo Rural (CITUR) estabelecemos uma relação com o debate teórico, no sentido de contrastar a retórica presente na exacerbação do turismo como vetor de desenvolvimento sustentável, com as implicações do turismo rural na agricultura familiar. Utilizando a proposta teórico-metodológica de Milton Santos (1996), procuramos, a partir do lugar, apreender a influência de fenômenos de outras escalas geográficas até a global. Para tanto, aplicamos alguns conceitos trabalhados por Santos – como evento, situação e periodização para a delimitação do objeto de pesquisa; e verticalidades, horizontalidades e intencionalidades, entre outros, no estudo empírico. Na análise empírica do CITUR, percebemos que a maior parte da oferta de lazer e turismo já existia antes da criação do Circuito, porém não se encontrava organizada como um produto turístico. Com a criação do CITUR em 1999, o Estado passa a atuar no planejamento e na gestão do Circuito, e traz consigo, novos atores sociais com intencionalidades distintas, e com verticalidades que passam a influenciar as horizontalidades e o espaço banal. Dos 30 empreendimentos existentes no CITUR, constatamos que 8 são de propriedade de agricultores familiares e administrados por eles. Apesar da ênfase nos agricultores familiares como maiores beneficiários do CITUR, verificamos que os empreendedores com maiores benefícios e lucros, são aqueles provenientes de Curitiba, e que não possuem identidade de agricultor. Tais atores exógenos ao lugar disseminam objetos, ações e valores verticais, que se chocam e

acabam coexistindo com os objetos, as ações e os valores horizontais. Nesse jogo de ações e intencionalidades, surge uma diversidade de situações, que, por um lado, levam os agricultores familiares a se adaptarem às exigências dos órgãos gestores do CITOR e a incorporarem uma racionalidade econômica global, mas por outro, permitem a estes, fazer valer suas estratégias e posições em torno da gestão do empreendimento, da unidade de produção e vida familiar (UPVF), bem como do próprio CITOR.

Palavras-chave: Turismo rural; Agricultura familiar; Circuito italiano de turismo rural.

A modernização da agricultura e a construção de territorialidades rurais no município de Cascavel-PR (1960-2007)

Mariângela Alice Pieruccini Souza

Tese aprovada após defesa pública em 29 de novembro de 2007.

Banca Examinadora: Dra. Walquíria Krüger Corrêa (Orientadora-UFSC); Dra. Julia Silvia Guivant (UFSC); Dr. Cesar de David (U.F.Santa Maria); Dra. Lucia Helena de Oliveira Geraldi (UNESP/Rio Claro); Dr. Luiz Alexandre Gonçalves Cunha (U.E. Ponta Grossa).

Resumo

Este trabalho aborda a questão da modernização da agricultura em sua expressão territorial. O tema central refere-se à construção de territorialidades rurais no município de Cascavel, estado do Paraná entre 1960 e 2007. Admitindo-se que o movimento transescalar do capital produz implicações territoriais, objetivou-se compreender a configuração das distintas territorialidades agrícolas e não-agrícolas, analisando-as sob a ótica do processo de modernização da agricultura iniciado na região Oeste do estado do Paraná, em meados da década de 1960. O

território expressa, portanto, as diferentes respostas locais ao processo de reprodução do capital, amparado por condicionantes tecnológicos mais elaborados. Nesse sentido, a transformação no uso dessa porção do território foi conseqüência de um conjunto de políticas públicas gestadas a partir de 1960, notadamente com a instrumentalização do crédito rural e por meio de condições técnicas favoráveis. Isso proporcionou a configuração de territorialidades onde as atividades agrícolas praticadas por categorias empresariais consolidadas e capitalizadas se sobrepõem às outras dinâmicas rurais, principalmente àquelas alicerçadas na agricultura familiar. Nestas, se faz presente, além das atividades agrícolas, uma dimensão pluriativa, como complemento da renda familiar. A existência de empresas-rede, como as agroindústrias integradoras, verticalizadas e com conteúdos tecnológicos ajustados às demandas globais também concorre para um paradoxo; ao mesmo tempo em que proporciona alternativas de renda aos pequenos produtores familiares, não oportuniza condições para que esses possam aumentar sua receita no momento da comercialização. Assim, as territorialidades rurais desenvolvidas, também refletem a exclusão. Diante disso, o valor da propriedade familiar, bem como suas possibilidades de reprodução, torna-se dependente dessa lógica. Pode-se afirmar, que a organização territorial rural é conseqüência de um processo de desenvolvimento capitalista ancorado no produtivismo e que amplia as diferenças entre os produtores rurais naquele território rural. Nesse cenário, as ruralidades que se elaboram com tantas contradições, os mecanismos institucionais podem contribuir em defesa da pequena agricultura familiar para que ela participe dignamente, com seu trabalho e competência, da produção em escala cada vez mais ampliada.

Palavras-chave: Modernização da agricultura; Agricultura familiar; Territorialidades rurais; Município de Cascavel-PR.

**A água no contexto da suinocultura na sub-bacia do
Lajeado dos Fragosos – Concórdia-SC**

Jairo Marchesan

Tese aprovada após defesa pública em 20 de dezembro de 2007.

Banca Examinadora: Profa. Dra. Gersa Maria Duarte (Orientador-UFSC); Prof. Dr. Luiz Fernando Scheibe (UFSC); Profa. Dra. Sandra Maria de Arruda Furtado (UFSC); Prof. Dr. Carlos Walter Porto Gonçalves (UFF); Profa. Dra. Vera Maria Favila Miorin (UFSM).

Resumo

A disponibilidade das águas superficiais em quantidade e qualidade apresenta-se como uma das grandes preocupações para a população da Mesorregião Oeste Catarinense, em conseqüência, principalmente, das atividades econômicas, entre elas a suinocultura. O presente estudo partiu da constituição e/ou formação geológica do Oeste Catarinense, perpassando pela ocupação humana e transformação do espaço regional vinculado ao modo de produção capitalista e seus desdobramentos. Nesta região, situa-se o município de Concórdia e, nele, a Sub-Bacia do Lajeado dos Fragosos, submetida à intensa atividade agropecuária. O objetivo do presente trabalho foi analisar a evolução dos modos de obtenção de água para o consumo humano e animal, a importância para os atores envolvidos no processo produtivo agropecuário e como se estabelece o processo de responsabilidade pela busca de água e destino dos dejetos. O estudo analisou, também, os discursos dos atores, as condições de trabalho e qualidade de vida dos habitantes daquele lugar e as possibilidades de continuidade das atividades produtivas lá instaladas na perspectiva da sustentabilidade. A pesquisa recuperou e valorizou a história do Lajeado dos Fragosos desde o início do processo de colonização até os dias atuais, além de sua importância econômica e social no decorrer desse período. A utilização das categorias de análise de lugar/espaço, paisagem e racionalidade técnica instrumental

permitiu compreender o processo de ocupação, uso e transformação do espaço físico-natural, bem como a constituição do processo histórico, político e econômico da Sub-Bacia, as relações historicamente estabelecidas dos sujeitos habitantes daquele lugar com as águas, sua adesão ao sistema de produção agroindustrial e seus desdobramentos. A partir da década de 1970, com a modernização da agricultura e pecuária, houve constantes e crescentes investidas do capital agroindustrial na perspectiva do desenvolvimento das atividades agropecuárias na área, gerando a diminuição e poluição das águas superficiais e, conseqüentemente, crescentes buscas pelas águas subterrâneas através da perfuração de poços tubulares. Atualmente, o sistema agroindustrial regional vinculado ao modo de produção capitalista e guiado pela racionalidade técnica instrumental continua estimulando os produtores rurais a incrementarem as produções agropecuárias na área, não levando em conta os limites da natureza nem as condições de vida das pessoas que atuam em tais atividades. Conseqüentemente, as preocupações com a sustentabilidade ambiental, social e econômica do processo instalado são muitas com base na compreensão do que sustenta a degradação ambiental. Nas entrevistas realizadas com os atores envolvidos no processo produtivo, constataram-se discordâncias nos discursos e, também, nas práticas sobre a responsabilidade pela busca das águas e destino dos dejetos. A aproximação de discursos e práticas executadas ao longo do processo produtivo, o desenvolvimento de políticas públicas e privadas de recuperação e cuidado das águas superficiais, reduzindo a dependência das águas subterrâneas, e, ainda, o planejamento de produção de acordo com a disponibilidade das águas e o tempo geológico da natureza devem ser considerados nas ações futuras na região. Portanto, quaisquer ações, individuais ou coletivas, precisam levar em conta os aspectos ambientais; caso contrário, há grandes possibilidades de colapso ambiental regional e do processo econômico instalado.

Palavras-chave: Água; Suinocultura; Sustentabilidade.

Universalidade e singularidade do espaço transitório: um estudo a partir de quebradeiras de coco babaçu/MIQCB e trabalhadores rurais sem terra/MST no Maranhão (1990-2000)

João Claudino Tavares

Tese aprovada após defesa pública em 28 de março de 2008.

Banca Examinadora: Prof. Dr. Idaleto Malvezzi Aued (Orientador-UFSC); Prof. Dr. Carlos José Espíndola (UFSC); Prof. Dr. Nazareno José de Campos (UFSC); Profa. Dra. Marlene Grade (UFVJM); Prof. Dr. Renato Kilpp (UFCG).

Resumo

Recupera-se elementos do processo de universalização da produção da vida sob a mediação do capital, procurando apreender sobre a produção na sociedade burguesa, a produção da sociedade burguesa e como este processo gesta, nas suas entranhas, elementos de uma sociedade do vir-a-ser, isto é, da superação da sociedade burguesa. Dialogando com as formulações de Karl Marx e Friedrich Engels, procura-se entender e explicitar como a universalidade da reprodução das relações burguesas de produção da existência social e humana materializa-se singularidades paradoxais nas diversas formações sócio-espaciais. Em particular estuda-se o processo de reprodução de quebradeiras de coco babaçu/MIQCB e de trabalhadores rurais sem terra/MST, na década de 1990, no Estado do Maranhão. Por estas mediações, percebe-se o escancaramento das dificuldades, quase impossibilidade, da (re)produção social e humana pelas relações capital-lucro, terra – renda fundiária ou trabalho – salário. Vive-se, portanto, um período de transição. Manifestam-se os dilemas entre a impossibilidade de retorno a formas pretéritas de produção da existência e as dificuldades de materialização do novo. A degeneração humana explicita-se como a forma mais visível dos homens reais se reproduzirem.

Contraditoriamente, pode-se perceber experimentos que não podem ser interpretados como simples processo de reprodução da sociedade burguesa, estão para além delas.

Palavras-chave: Universalidade e singularidades; Forças produtivas do trabalho social; Transitoriedade; Emancipação humana; Maranhão; Quebradeiras de coco babaçu; Trabalhadores rurais sem-terra.

Formação da região agroindustrial em Santa Catarina: o processo de produção de carnes e o espaço regional

Noeli Pertile

Tese aprovada após defesa pública em 17 de setembro de 2008.

Banca Examinadora: Prof. Dr. Elson Manoel Pereira (Orientador-UFSC); Profa. Dra. Leila Christina Duarte Dias (UFSC); Prof. Dr. Carlos José Espíndola (UFSC); Profa. Dra. Valeria de Marcos (USP); Prof. Dr. Paulo Roberto Rodrigues Soares (UFRGS).

Resumo

Neste estudo, discute-se o processo de formação e representação da atual região agroindustrial de carnes de aves e suínos em SC, bem como suas principais características socioespaciais, tendo em vista o processo de formação histórica, econômica, social e tecnológica. Nesse processo, as relações sociais estiveram permeadas pela presença de agentes hegemônicos que se beneficiaram com as condições gerais de produção implantadas em grande medida pelo Estado. Na divisão espacial da produção econômica brasileira, a Mesorregião Oeste de Santa Catarina constitui-se importante produtora de carnes de suínos e aves tendo por base a agricultura familiar e a produção integrada às grandes empresas agroindustriais. Essa produção teve origem já no início processo de colonização, entre as décadas de 1920 e 1940, quando

os colonos criavam suínos para produzir banha. A criação desses animais era realizada à medida que a família também produzia produtos de origem vegetal, permitindo assim a diversificação na propriedade de forma autônoma. Com a integração, especialmente após a década de 1960, a relação dos produtores com as agroindústrias passou a ser marcada pela subordinação dos primeiros em relação a essas empresas. Os empresários agroindustriais tornaram-se parte dos principais agentes hegemônicos regionais, inclusive na atualidade. No entanto, ao longo de todo o processo de formação da região agroindustrial, diferentes agentes contribuem para tornar desigual o espaço em questão, sendo os ervateiros, os madeireiros, os colonizadores, comerciantes e o Estado os principais agentes hegemônicos a conduzir essa formação. O Estado, por sua vez, teve participação efetivada pela viabilização de parte das condições gerais de produção – de uso coletivo – necessárias para que o capital se reproduzisse na região e fizesse desta a estrutura básica e também sua alavanca para, junto com os avanços tecnológicos do setor produtivo, conquistar o mercado nacional e externo com produtos a partir da suinocultura e da avicultura.

Palavras-chave: Região; Condições gerais de produção; Agentes e relações sociais.

DISSERTAÇÕES

Análise espaço-temporal do processo de ocupação no município de Corumbiara/Rondonia

Paulo Henrique Schröder

Dissertação aprovada após defesa pública em 08 de fevereiro de 2008. Banca Examinadora: Prof. Dr. Luiz Fernando Scheibe (Orientador-UFSC); Prof. Dr. Joel Pellerin (UFSC); Prof. Dr. Luiz Carlos Pittol Martini (UFSC).

Resumo

A região amazônica é um vasto campo de pesquisa. Esse estudo se justifica pela análise espaço-temporal da ocupação da área do atual município de Corumbiara e sua relação com o planejamento estatal, desde os Planos Nacionais de Desenvolvimento até o atual Zoneamento Socioeconômico e Ecológico de Rondônia. Para orientar o trabalho de desenvolvimento da pesquisa foi efetuado levantamento bibliográfico, atividades de campo e análise de imagens de satélite de diferentes épocas. O levantamento bibliográfico e análise das imagens de satélite permitem uma caracterização sobre a ocupação da área do município de Corumbiara. Na análise dos dados verifica-se que nos últimos trinta anos, diversos projetos governamentais (tanto na esfera Federal quanto Estadual) foram implementados na região. Observou-se a inexistência de diálogo entre diferentes instituições governamentais, com a geração de sobreposições na implantação de projetos diversos, tais como projetos de assentamento em unidades de conservação. Com a dinâmica da ocupação, percebe-se a existência de padrões nos procedimentos de supressão da floresta, com as pequenas supressões em áreas de projetos de colonização e assentamentos partindo das estradas principais e vicinais, formando uma

composição visual chamada de “espinha de peixe” e das grandes aberturas com a supressão total da floresta nas áreas licitadas para grandes investidores. Nota-se que, com o aumento da ocupação há uma diminuição das áreas disponíveis, o aumento das tensões entre grandes proprietários e posseiros, bem como entre madeireiros e fazendeiros com grupos indígenas existentes no local. Conclui-se que o uso de imagens de diferentes épocas auxilia na visualização e acompanhamento de projetos de diferentes magnitudes e áreas de atuação. Sugere-se a necessidade de um maior comprometimento e cuidado por parte das instituições governamentais no desenvolvimento de projetos e atividades na região, além de uma maior eficiência na fiscalização quanto às diferentes legislações existentes por parte das instituições que detêm as competências para atuar nas esferas correspondentes.

Palavras-chave: Políticas públicas; Imagens de satélite; Corumbiara.

Plano Diretor de Itajaí-SC: do desenho da participação à participação sem desenho

Samuel Steiner dos Santos

Dissertação aprovada após defesa pública em 20 de fevereiro de 2008. Banca Examinadora: Prof. Dr. Elson Manoel Pereira (Orientador-UFSC); Prof. Dr. Nelson Popini Vaz (UFSC); Prof. Dr. Luiz Alberto de Souza (FURB).

Resumo

O presente trabalho aborda a participação social no plano diretor de Itajaí. O conteúdo desta frase, aparentemente sem conflitos apresenta duas expressões que são hoje, provavelmente, as mais disseminadas e discutidas no campo do planejamento urbano: a participação social e plano diretor. A repercussão que estes temas assumiu não resultou, no entanto, na perda da grande parcela de imprecisão e controvérsia de seus conteúdos. Ambos os conceitos, que

se aproximaram e se fundiram nos últimos anos, têm sido apreendidos e praticados de várias formas e têm servido para uma diversidade bastante grande de propósitos e intencionalidades. Na tentativa de tornar menos ‘nebulosa’ esta relação o presente trabalho se inscreve, para tanto utilizamos a experiência de elaboração do plano diretor de Itajaí, aprovado em setembro de 2006. Os planos diretores e a participação social conseguiram lograr uma grande aceitação, tanto no campo das políticas públicas e de atuação profissional, quanto no ambiente acadêmico. Estes conceitos passaram a ser considerados ‘pontos pacíficos’, o que colaborou para que lhes fosse atribuído um valor virtuoso intrínseco: para que uma cidade possa se desenvolver adequadamente e resolver seus problemas, basta rogar por planos diretores participativos. Assim como ocorrera anteriormente com a técnica e o conhecimento científico, agora a participação social no plano diretor é tida como o elemento responsável por inscrever mudanças significativas na forma desigual de estruturação das cidades. Esta afirmação, apesar de estar fundamentalmente correta, possui um alto grau de indefinição que imputa ao plano diretor e à participação social um caráter absoluto que, efetivamente, não possuem. Neste sentido acreditamos na importância de analisar criticamente o conteúdo desta nova estrutura democrática do planejamento urbano, questionando assim os limites, modificações e continuidades nas suas práticas e desvelando as intencionalidades encobertas pelo discurso conciliador da participação social. Buscamos, pois, mais rigor e clareza no uso destas expressões. A investigação propõe, portanto, uma valorização da dimensão política do planejamento e da gestão urbana, sem, no entanto, negar a importância dos instrumentos técnicos e da atuação dos profissionais do planejamento. Compreendemos que o enfoque dado à relação entre participação social e plano diretor nesta pesquisa é a aceitação de que mais do que objetos e estruturas físicas, a cidade é definida por ações e dinâmicas sociais. A análise crítica do processo participativo do novo Plano Diretor de Itajaí, deve levar em conta sua inserção no amplo e complexo movimento de discussão sobre os limites do planejamento urbano e as perspectivas de desenvolvimento das cidades no Brasil. O momento atual, além de

confirmar os inegáveis avanços na ampliação das esferas de participação, deve também avaliar os evidentes obstáculos que se impõem à realização da prática participativa. Compreendemos que neste processo de discussão e construção de novos referenciais, o aprofundamento da reflexão sobre o significado e o alcance dos termos como “participação popular” e “plano diretor” tem papel primordial, e é neste esforço que o presente trabalho se insere.

Palavras-chave: Plano Diretor; Itajaí-SC; Desenho.

A industrialização do município de Francisco Beltrão-PR: o caso da indústria moveleira

Dennison Benetti Rodrigues

Dissertação aprovada após defesa pública em 17 de março de 2008.
Banca Examinadora: Prof. Dr. Carlos José Espíndola (Orientador-UFSC); Prof. Dr. José Messias Bastos (UFSC); Prof. Dr. Fabio Napoleão (UDESC); Prof. Dr. Fernando dos Santos Sampaio (UNIOESTE).

Resumo

O presente trabalho se apresenta de maneira a delinear a indústria de móveis no município de Francisco Beltrão - Paraná, levando em consideração a Formação Sócio-Espacial da Região Sudoeste do Paraná e do município, com o intuito de verificar como se iniciou o processo de acumulação inicial do capital. Dessa forma serão trabalhadas cinco empresas do setor moveleiro, seus processos produtivos e organizacionais, serão destacados o mercado nacional e internacional de móveis. Buscando caracterizar se o município de Francisco Beltrão apresenta-se como um pólo moveleiro regional, ou se sua dinâmica é resultado da diversificação industrial das indústrias madeireiras presentes no processo de colonização da região.

Palavras-chave: Indústria; Formação Sócio-Espacial.

**A gestão de um patrimônio arqueológico e paisagístico:
Ilha do Campeche-SC**

Cintia Aparecida Pereira Costa Chamas

Dissertação aprovada após defesa pública em 27 de março de 2008.
Banca Examinadora: Prof. Dr. Luiz Fernando Scheibe (Orientador-UFSC); Profa. Dra. Marcia Marques Gomes (UERJ); Prof. Dr. Marcus Polette (UNIVALI).

Resumo

A ilha do Campeche, situada em Florianópolis-SC, foi tombada em 2000 como Patrimônio Arqueológico e Paisagístico Nacional pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional do Ministério da Cultura. Instituiu-se uma gestão público-privada, em função da proteção dada ao bem tombado e da continuidade dos usos e ocupações existentes. As peculiaridades desta gestão e de todas as formas de uso praticadas a partir do início do século XX são analisadas neste trabalho utilizando-se a metodologia Giwa, subdividida em duas partes, Análise da Cadeia Causal e Análise das Opções Políticas. Foram estudados os aspectos físicos, sócio-econômicos e administrativos da ilha do Campeche. A delimitação definida considera a porção emersa e seu entorno imediato. Foram identificadas alterações físicas significativas nas porções terrestre e marinha. Nesta última, pela falta de estudos com indicadores, a análise se restringiu às atividades de pesca e turismo. No enfoque sócio-econômico pôde-se avaliar o estabelecimento de uma intrínseca relação entre pesca e turismo para a comunidade de pescadores artesanais da Armação do Pântano do Sul e sua alta dependência dos recursos da ilha do Campeche. Outros grupos também apresentaram vínculo significativo, porém com maior autonomia. A questão administrativa foi apreciada sob a ótica da conservação, priorizando a análise da evolução das interferências sobre o meio ambiente e sobre o patrimônio arqueológico. Apesar da Ilha

pertencer à União e ser atendida por legislação de proteção, a administração, até 1998, foi fundamentalmente de caráter privado diferindo apenas quanto ao grau de formalidade de uso e ocupação. Com o pedido de tombamento iniciou-se uma gestão mista em que o caráter público foi instalando-se paulatinamente e passando a arbitrar as questões privadas. Esta gestão público-privada ainda está em processo de construção, necessitando definições, algumas sugeridas neste trabalho, para sua consolidação. Identificou-se como elemento comum aos três aspectos – físico, sócio-econômico e administrativo – duas qualidades necessárias: sustentabilidade e autonomia. A sustentabilidade está presente no uso dos recursos e na viabilidade sócio-econômica, sendo o seu alcance diretamente dependente de uma administração eficiente. Neste ponto ficou clara a necessidade de uma normatização ampla e incisiva. A autonomia também pode ser alcançada por uma administração eficaz, atendendo às necessidades de conservação do meio físico e melhoria das condições sócio-econômicas.

Palavras-chave: Patrimônio arqueológico e paisagístico; Ilha do Campeche; Tombamento; Turismo; Metodologia Giwa; Análise da cadeia causal; Análise das opções políticas.

A retomada do crescimento no Setor Energético através da concessão de serviços e das Parcerias Público-Privadas (PPP)

Mateus Schappo

Dissertação aprovada após defesa pública em 17 de abril de 2008.
Banca Examinadora: Prof. Dr. José Messias Bastos (Orientador-UFSC); Prof. Dr. Marcos Aurélio da Silva (UFSC); Prof. Dr. Armen Mamigonian (UFSC/USP); Profa. Dra. Isa de Oliveira Rocha (UDESC).

Resumo

Este estudo analisa a proposta de concessão dos serviços de utilidade pública à iniciativa privada, apresentada por Ignácio Rangel, bem como as parcerias entre os setores público e privado (PPP) e suas contribuições para a retomada do crescimento no setor eletro-energético brasileiro, onde são abordados o contexto econômico, a gênese e evolução deste setor no Brasil, abarcando desde o surgimento das pequenas usinas que geravam a energia necessária para as indústrias nascentes, passando pela abertura do mercado energético à exploração de grandes Companhias internacionais, a intervenção do Estado e criação das grandes Estatais de energia (Eletrobrás, Eletrosul, etc.), e a atual configuração do setor de energia elétrica entremeada às crises de produção e abastecimento. Para tal seguiram-se os pressupostos de duas matrizes teóricas: a categoria de Formação Sócio Espacial (Milton Santos, 1977) e a análise econômica Brasileira relacionada aos Ciclos Econômicos exposta na obra de Ignácio Rangel, que verifica os períodos de crescimento e crise do modo de produção capitalista. Os procedimentos metodológicos desta pesquisa abarcaram principalmente revisão bibliográfica, histórica e comparativa do tema estudado, cuja leitura e análise permitiram ponderar sobre as privatizações que ocorreram no setor de energia elétrica e sua diferença para as Parcerias Público Privada (PPP) e para o modelo de concessão de serviços à iniciativa privada, comparando também com as experiências em PPP em outros países e verificar se estão e como estão ocorrendo à implantação de projetos deste modelo no Brasil, no setor de energia elétrica. Pretende-se ainda compreender a participação de empresas dos setores público e privado na geração de energia elétrica no Estado de Santa Catarina através do modelo de concessão dos serviços.

Palavras-chave: Setor energético; Concessão de serviços; Parcerias Público-Privadas.

Inserção econômica das cidades do Alto Vale do Rio do Peixe na rede urbana de Santa Catarina

Leonardo Bez

Dissertação aprovada após defesa pública em 10 de junho de 2008.
Banca Examinadora: Prof. Dr. José Messias Bastos (Orientador-UFSC); Prof. Dr. Marcos Aurélio da Silva (UFSC); Prof. Dr. Armen Mamigoniam (UFSC/USP); Prof. Dr. Fábio Napoleão (UDESC).

Resumo

A presente dissertação tem por objetivo a compreensão da inserção econômica das cidades do Alto Vale do Rio do Peixe, especificamente das cidades de Videira, Iomerê, Rio das Antas e Pinheiro Preto, na rede urbana de Santa Catarina. Metodologicamente, propõe uma alternativa aos modelos baseados na Teoria das Localidades Centrais e modelos gravitacionais de investigação, apoiando-se na interpretação da origem e do desenvolvimento articulado das cidades mencionadas dentro da formação sócio-espacial baseada na pequena produção mercantil. Nesse sentido, a identificação de características particulares quanto ao comportamento do setor terciário nas regiões economicamente vinculadas à exploração agropecuária, direcionou a pesquisa à investigação dos fluxos econômicos derivados dos complexos industriais regionais (dentro das relações de produção, circulação, distribuição e consumo), em duas grandes divisões, complexo regional agroindustrial e complexo madeireiro. Os resultados obtidos indicam a necessidade de revisão das definições de centro sub-regional limitado a rede urbana de Santa Catarina aplicadas às cidades de Videira e Caçador, tendo em vista, quanto à primeira, a ampla área de articulação produtiva exercida pelo complexo agroindustrial dentro da região Centro-Sul (Goiás, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul), e, pela segunda, na forte articulação regional aos mercados internacionais (América do Norte e Europa).

Palavras-chave: Rede urbana; Complexo industrial regional; Formação sócio-espacial.

Análise e mapeamento das áreas suscetíveis a movimentos de massa na Serra de Esperança, municípios de Guarapuava e Prudentópolis-PR

Solange Francieli Vieira

Dissertação aprovada após defesa pública em 01 de julho de 2008.
Banca Examinadora: Prof. Dr. Joel Pellerin (Orientador-UFSC);
Profa. Dra. Maria Lúcia de Paula Herrmann (UFSC); Profa. Gisele Camargo (UNICENTRO).

Resumo

Este trabalho é resultado de um estudo sistemático de mapeamento geológico e geomorfológico na Serra da Esperança que separa o segundo do terceiro planalto Paranaense, nos limites dos municípios de Guarapuava e Prudentópolis-PR, a qual teve por objetivo analisar as áreas suscetíveis a movimentos de massa, com ênfase nos fatores estruturais e geomorfológicos como condicionantes dos processos. Foram gerados dois mapas temáticos fundamentais, geológico e geomorfológico. Nos quais foram possíveis: delimitar os limites entre as Formações Serra Geral, Botucatu e Rio do Rasto, analisar as características dos materiais do substrato, identificar as áreas de planícies e várzeas, definir as principais direções de lineamentos estruturais, reconhecer as unidades geomorfológicas, as formas de relevo, as formações superficiais, traçar a hidrografia, bem como identificar os locais que sofreram movimentação na Serra da Esperança. Foram confeccionados também os mapas das declividades derivados da carta topográfica Itapará, 1:50000, o mapa planialtimétrico com a localização dos principais processos de movimentos de massa levantados na Serra e o mapa hipsométrico. Os cartogramas

digitais gerados foram elaborados mediante fotointerpretação, juntamente com minuciosos trabalhos de campo, análise do mapa geológico do Paraná, imagens de satélite e da carta topográfica Itapará, a qual foi digitalizada. Por conseguinte, foi criado a partir do MNT (modelo numérico do terreno) o bloco diagrama para ilustração do relevo e para análise das fraturas foram elaborados os diagramas de rosetas com os lineamentos amostrados em campo e com os medidos pela fotointerpretação. Aplicou-se ainda a metodologia de resistência global das rochas adaptada de Selby (1982), com ela foi possível estabelecer as resistências das rochas que compõem a Serra da Esperança e, desta forma, traçar o nível de influência deste fator na questão da instabilidade nas encostas da região. Os mapas base depois de confeccionados foram analisados e, com ajuda de todos esses dados, resultaram no mapa de suscetibilidade a movimentos de massa da Escarpa da Esperança. Assim sendo, o desenvolvimento deste trabalho possibilitou a elaboração de um diagnóstico das áreas com suscetibilidade geológica e geomorfológica associados a movimentos de massa.

Palavras-chave: Suscetibilidade; Mapeamento geológico-geomorfológico; Movimentos de massa.

**A contribuição de alemães e descendentes para a
formação sócio-espacial catarinense: o caso da Região
Metropolitana de Florianópolis-SC**

Karina Martins da Cruz

Dissertação aprovada após defesa pública em 29 de agosto de 2008.
Banca Examinadora: Profa. Dra. Raquel Maria Fontes do Amaral Pereira (Orientadora-UFSC/UNIVALI); Prof. Dr. José Messias Bastos (UFSC); Prof. Dr. João Klug (UFSC).

Resumo

O objetivo deste trabalho é examinar os reflexos da colonização alemã catarinense agindo na estrutura comercial da Região Metropolitana de Florianópolis, através de um resistente pequeno modo de produção. Constata-se que as áreas de colonização alemã lindeiras a Florianópolis receberam menos apoio financeiro e também número de colonos para o amanhã de um meio natural pouco favorável para a agricultura predominando elementos da religião católica, o que as difere das áreas coloniais situadas nos vales atlânticos ao norte. Assumiram as colônias parte de um mesmo processo sulino de ocupação das “bocas da mata” na relação comercial com o tropeirismo. A divisão de terras mais diversificada auxiliou numa diferenciação social, onde vendistas e madeireiros conseguiram estágios de acumulação numa estrutura social bastante horizontalizada, na qual predominavam atravessadores encarecendo as manufaturas agrícolas entre o litoral e a serra. Durante a 2ª dualidade (1889-1930), estas áreas coloniais permaneceram atreladas ao domínio dos latifundiários de Lages e dos comerciantes de *import-export* no litoral catarinense (via prussiana), inclusive, aqueles que modernizaram o comércio do centro urbano de Florianópolis. Após a Revolução de 1930, as dificuldades socioeconômicas enfrentadas pelos descendentes de alemães aumentaram as resistências de determinadas famílias, onde os hábitos de poupança e negociação exercitados dentro do âmbito familiar promoveram uma cultura de pequenos empreendedores que se afunilaram após as décadas de 1950-60, período no qual houve a oportunidade de saída do meio rural antes do *boom* demográfico de Florianópolis conduzido pelas rodovias federais. Neste intercurso, dá início os planos de governo a um desenvolvimento industrial prioritário a cada década (ciclos juglarianos), concomitantes à expansão de determinados bairros continentais (Estreito, Campinas e Kobrasol), onde doze conglomerados, empresas ou famílias de empresários descendentes de alemães ascenderam comercialmente pela via americana, na maioria envolvidos com apoio político, aos quais as fases

recessivas foram aproveitadas na preparação dos setores de materiais de construção, venda de eletrodomésticos, supermercadista, construção civil e venda de automóveis e combustíveis. Entre 1980-2007, cerca de 1/4 das empresas registradas no município de São José apresentam sobrenome de origem alemã. A arquitetura com traços de influência portuguesa e diferente de outras áreas de origem alemã, também é observada pela pesquisa.

**As interpretações sobre o desenvolvimento industrial na
Região Sul presentes nos livros didáticos de Geografia
PNLD 2005/2007**

Gisele Neves Maciel

Dissertação aprovada após defesa pública em 05 de setembro de 2008.
Banca Examinadora: Prof. Dr. Marcos Aurélio da Silva (Orientador-UFSC); Prof. Dr. José Messias Bastos (UFSC); Prof. Dr. Armen Mamigonian (UFSC/USP); Profa. Dra. Raquel Maria Fontes do Amaral Pereira (UNIVALI).

Resumo

Este trabalho tem como objetivo central analisar o tipo de abordagem dos conteúdos referentes ao desenvolvimento industrial na Região Sul, nos livros didáticos de Geografia da 6ª série do ensino fundamental, aprovados no PNLD (Programa Nacional do Livro Didático) de 2005/2007. Os conteúdos didáticos são analisados com base em estudos desenvolvidos sobre o processo industrial na região, embasados na categoria de Formação Sócio-Espacial. Apresenta-se um pequeno resgate da produção didática de geografia no Brasil, desde o final do século XIX, até a atualidade, procurando demonstrar as diferentes fases na elaboração desse material devido às transformações ocorridas na Geografia enquanto ciência, além das mudanças na legislação

referente à educação e no mercado editorial. A análise pretende investigar os conteúdos e não as metodologias apresentadas nos livros didáticos de geografia, evidenciando a responsabilidade que os autores e as editoras deveriam ter com esse material que além de apoio a milhares de estudantes, servem de atualização a muitos professores. Tendo em vista o recente processo de avaliação dos livros didáticos e a distribuição das obras de forma gratuita aos alunos da rede pública de ensino do país, questiona-se a presença de grandes distorções quanto às informações, abordagem conceitual e atualização nos conteúdos de Geografia sobre a Região Sul. Outro aspecto de relevância diz respeito a grande concentração das editoras e à semelhança nos conteúdos das diferentes obras, parecendo proteger-lhes de uma avaliação mais criteriosa. Procura-se perceber e apresentar as influências teóricas tradicionais contidas nos livros analisados sobre o desenvolvimento industrial na Região Sul. E por fim, no último capítulo, evidenciar o processo de diferenciação social ocorrido em várias áreas do Brasil Meridional, que criou condições para o desenvolvimento do processo de industrialização iniciado ainda no último quartel do século XIX.

Mediando a compreensão do espaço vivido por pessoas com deficiência visual

Luciana Cristina de Almeida

Dissertação aprovada após defesa pública em 08 de setembro de 2008. Banca Examinadora: Profa. Dra. Ruth Emilia Nogueira Loch (Orientadora-UFSC); Prof. Dr. Aloysio Marthins de Araújo Júnior (UFSC); Profa. Dra. Magaly Mendonça (UFSC); Prof. Mariane Alves Dal Santo (UDESC).

Resumo

A deficiência é definida em função da relação existente entre a pessoa afetada e seu entorno, destarte, as implicações e os danos acarretados pela deficiência podem ser agravados ou abrandados pelas condições gerais de vida da pessoa. Este trabalho teve como objetivo desenvolver/criar uma proposta metodológica de ensino para mediar a compreensão e a apropriação do espaço micro-geográfico e auxiliar no treinamento de orientação e mobilidade de pessoas com deficiência visual. Esse estudo é fundamentado na Geografia Humanista e realizado a partir do ponto de vista da Geografia da Percepção, através do viés do espaço vivido. Materiais didáticos foram criados para desenvolver atividades de alfabetização cartográfica, leitura e elaboração de croquis táteis e exercícios de mobilidade com bengala. Os resultados mostraram que a percepção multissensorial do deficiente visual engendra uma versão simplificada da realidade enquanto conceitos estabelecidos social, histórica e culturalmente filtram as informações obtidas compondo as imagens mentais. Conclui-se também que os problemas relacionados ao espaço, oriundos da deficiência visual, podem ser minimizados com o uso de plantas, mapas, croquis táteis e material didático apropriado.

Palavras-chave: Cartografia tátil; Deficiência visual; Representação espacial.

Desenvolvimento e planejamento urbano na cidade de Jaguaruna-SC: representação e atuação dos atores locais

Deisiane dos Santos Delfino

Dissertação aprovada após defesa pública em 16 de setembro de 2008. Banca Examinadora: Prof. Dr. Elson Manoel Pereira (Orientador-UFSC); Prof. Dr. Carlos José Espíndola (UFSC); Prof. Francisco Antonio dos Anjos (UNIVALI); Profa. Vera Lucia Nehls Dias (UDESC).

Resumo

A presente pesquisa aborda o desenvolvimento e planejamento urbano em Jaguaruna-SC. O significado do termo desenvolvimento urbano, na maioria das vezes, é distorcido pelo senso comum, assim como pelos gestores públicos e técnicos, que o reduzem a sinônimo de crescimento. Tal termo – desenvolvimento – geralmente é empregado para se referir à simples expansão do tecido urbano, a quantidade do espaço construído, ao aumento ou embelezamento da área urbanizada. Entretanto, o desenvolvimento urbano legítimo ocorre quando há um aumento da justiça social e melhoria da qualidade de vida de todos os cidadãos, de forma, que o planejamento urbano de uma cidade seja orientado para atender além das questões funcionalistas urbanísticas, preocupando-se com as funções de cidadania e de gestão pública, com vistas a alcançar o desenvolvimento sócio-espacial. Assim, o presente trabalho busca compreender o processo de formação do espaço urbano de Jaguaruna a partir das práticas das classes política e técnica para o desenvolvimento e planejamento urbano, de forma que possa entender como a representação do desenvolvimento orienta ou influencia seu planejamento.

Palavras-chave: Cidade pequena; Desenvolvimento; Planejamento urbano, Jaguaruna.